

**ATAQUES NAS ESCOLAS**

# Pacote de R\$ 3 bilhões para combater violência

Valor será destinado a estados e municípios para o enfrentamento a atentados em unidades de ensino. Governo também anuncia a criação do Conselho da Federação, grupo de trabalho com representantes dos Três Poderes e governadores

► INGRID SOARES  
► TAINÁ ANDRADE

O governo reuniu os presidentes do Supremo Tribunal Federal (STF), Rosa Weber, e do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), governadores, prefeitos e ministros para anunciar um pacote de R\$ 3,1 bilhões, que será destinado a estados e municípios para investimento em segurança nas escolas.

O ministro da Educação, Camilo Santana, explicou que a pasta antecipará R\$ 1,097 bilhão da segunda parcela do Programa Dinheiro Direto na Escola 2023 (PDDE), que estava prevista inicialmente para setembro.

Além disso, o ministério vai liberar R\$ 1,8 bilhão que estavam parados nas contas de escolas. Outros R\$ 200 milhões serão destinados a ações como a criação de núcleos psicossociais.

"Vamos antecipar (parcela) de setembro (do PDDE). É R\$ 1,097 bilhão que até o final de abril estará nas contas das escolas e poderá ser utilizado para várias ações. Mas vamos deixar expressamente claro que esse recurso poderá ser gasto para investimentos em infraestrutura e melhoria da proteção da segurança nas escolas do Brasil. Isso vai ser colocado claro na resolução do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação)", informou.

Foram criados comitês estaduais e municipais de proteção do ambiente escolar. Uma das principais preocupações é com a formação de agentes educacionais — tanto do governo quanto da comunidade escolar — para proteção e segurança nos locais de ensino.

"O fenômeno que temos discutido é reflexo do que vivemos hoje em nossa sociedade, que tem estimulado a cultura de violência, ódio e intolerância, que tem se agravado fortemente pelas questões das plataformas digitais", declarou Santana. "Portanto, não é uma solução fácil, mas é necessário todos os nossos entes

Foto: Ed Alencar/CP/DA/Press



Ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, disse que o Brasil enfrenta uma "epidemia" de violência disseminada pelas redes sociais

federados unidos em torno dessa questão para que possamos passar por essa situação.

A partir de 24 de abril, estará disponível, por meio de uma plataforma do Ministério da Educação, um compilado de recomendações para proteção e segurança no ambiente escolar. Um chamamento público será lançado para quem se interessar em uma formação superior continuada e em desenvolvimento profissional para a segurança nas unidades de ensino.

Pelo Programa "Territórios de Convivência e Cultura de Paz", foi firmada uma parceria com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para ações de Justiça Restaurativa no ambiente escolar. Santana ressaltou, porém, ser

imprescindível dar atenção à fiscalização das redes sociais. "É preciso a gente rediscutir a legalização dessas questões das regulamentações das plataformas digitais no Brasil, que não é um problema só do Brasil, é um problema do mundo inteiro", destacou.

Já o ministro da Casa Civil, Rui Costa, anunciou a criação do Conselho da Federação, um grupo de trabalho que reunirá representantes dos Três Poderes e governadores. Ele disse que o objetivo do colegiado é definir propostas sobre o tema.

**Operação**

Titular da pasta da Justiça, o ministro Flávio Dino fez um

balanço da Operação Escola Segura. Ele disse que, após casos de violência em unidades de ensino, as redes sociais atenderam à demanda do ministério e retiraram do ar 756 perfis, nos últimos 10 dias, dedicados a difundir ódio e ataques violentos a escolas.

Dino relatou que, em 100 casos, houve pedido da pasta para que as redes preservassem o conteúdo dos perfis para abastecer investigações em curso. Ele destacou que 225 pessoas já foram presas ou apreendidas por ameaçar e planejar ataques a ambientes escolares.

"Isso mostra que estamos diante de uma epidemia. Temos 694 intimações de adolescentes suspeitos para prestar

depoimentos em delegacias, temos 155 buscas e apreensões realizadas, 1.595 boletins de ocorrência em 10 dias e 1.224 casos em investigação em todo o território nacional", enumerou.

O ministro enfatizou que, por determinação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o "foco na internet" é fundamental para garantir a regulamentação das redes sociais e, assim, impedir o surgimento de novos ataques. "É falsa a ideia de que fiscalizar e regular a internet é contrária à liberdade de expressão. Não é possível preservar liberdade de expressão sem regulá-la, para que ela não seja exercida de modo abusivo", argumentou.

**Balanco**

Veja os números divulgados pelo Ministério da Justiça sobre a Operação Escola Segura

**255**

Pessoas presas ou crianças e adolescentes apreendidos

**694**

Intimações de adolescentes para prestar depoimento

**155**

Buscas e apreensões

**1.595**

Boletins de ocorrência

**Em 10 dias de operação**

**1.224**

Casos em investigação em todo o Brasil

**756**

Solicitações de remoções ou suspensões de perfis em plataformas digitais

**100**

Pedidos de preservação de conteúdo para embasar investigações

**377**

Solicitações de dados de cadastros para as plataformas

**7.473**

Denúncias no site do Ministério da Justiça

## Moraes faz comparação com o 8 de janeiro

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), afirmou que o modus operandi das agressões nas escolas, incentivadas pelas redes sociais, é o mesmo dos atos golpistas de 8 de janeiro e os que miraram as urnas eletrônicas. O magistrado destacou, ainda, que, caso não haja uma regulamentação, as plataformas continuarão a ser instrumento para ataques às instituições de ensino.

"O modus operandi dessas agressões instrumentalizadas, divulgadas, incentivadas pelas redes sociais em relação às escolas é exatamente idêntico ao modus operandi utilizado contra as urnas, a democracia, o modus operandi instrumentalizado utilizado para o dia 8 de janeiro", enfatizou, na reunião no Palácio do Planalto com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, governadores e prefeitos. "Não há uma diferença. É exatamente idêntico. As redes sociais se sentem terra de ninguém, terra sem lei. Precisamos regulamentar isso". Moraes relatou que o assunto com

os presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). "Se não houver uma autorregulação e uma regulamentação com alguns standards a serem seguidos, vamos continuar a ver essas situações de ataques às escolas", apontou.

O magistrado acrescentou que casos de suicídios e depressão em virtude de ataques pelas redes sociais são "algo inescrutável" e têm crescido mundialmente. "Devemos determinar que o que não pode ser feito na vida real não pode no mundo virtual. É simples se aplicarmos a legislação", frisou.

Conforme Moraes, as plataformas "se recusam ainda a serem responsabilizadas" e alegam serem "meros depósitos de informação". "No mundo real, se cada um de nós tem um depósito e aluga, não pode ser responsabilizado se a pessoa lá usa droga, faz contrabando, coloca alguém sequestrado, porque você não sabe", disse. "A partir do momento em que você sabe e renova o contrato, pode ser



Moraes: "Devemos determinar que o que não pode ser feito na vida real, não pode no mundo virtual"

penalizado, mas se você sabe, renova o contrato e ainda mantém, tem a obrigação de ser responsabilizado. As redes ganham em cima desse incentivo à violação, ao discurso de ódio. Isso precisa cessar imediatamente.

Ele emendou: "Por que não estender a inteligência artificial e a equipe humana que lida com o residual para discursos nazistas, racistas, fascistas, homofóbicos e contra a democracia? São cinco tópicos objetivos",

questionou. "As maiores indenizações contra as big techs no mundo todo são por direitos autorais, aí se preocupam."

Segundo o ministro, os atos de 8 de janeiro foram organizados pela internet. "As redes foram



**Se não houver uma autorregulação e uma regulamentação com alguns standards a serem seguidos, vamos continuar a ver essas situações de ataques às escolas"**

Alexandre de Moraes, ministro do STF

instrumentalizadas. Elas não podem dizer que não sabiam. Agora, elas sabem", ressaltou. "Com isso, as empresas devem identificar notícias que incentivam ataques, retirando-as com prontidão", concluiu. (IS)

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

**Seção:** Política **Página:** 2